

O turismo e os impactos socioespaciais no município de Rio das Ostras/RJ

Tourism and social-spatial impacts in the municipality of Rio das Ostras/RJ

Resumo: O turismo provoca diversos impactos nas cidades e, por sua característica como atividade de consumo, não só afeta o número populacional ou a infraestrutura do local, mas também modifica sua paisagem. O município de Rio das Ostras – que sofreu um crescimento vertiginoso devido aos royalties que possibilitaram o investimento no turismo – tem vivido muitos desses impactos ao longo dos anos devido a uma população crescente e à necessidade de expandir e investir em infraestrutura para acomodar toda essa população que chegou em um curto período de tempo. Devido a esses fatores, o objetivo deste trabalho é compreender os impactos socioespaciais que surgiram em razão desse contexto ligado ao turismo, incentivado por investimentos ligados às atividades petrolíferas, e como eles afetaram Rio das Ostras. A metodologia incluiu revisões bibliográficas – para compreender o surgimento do turismo e as transformações que causa – e análise em mapas e dados socioeconômicos para perceber o crescimento do município.

Palavras-chave: Rio das Ostras; turismo; impactos socioespaciais.

Abstract: Tourism has several impacts on cities and, by its characteristics as a consumer activity, it not only affects the population numbers or the infrastructure of the place, but also changes its landscape. The municipality of Rio das Ostras, which has suffered a boom in growth due to the royalties that enabled investment in tourism, has seen many of these impacts throughout the years caused by a growing population and the need to expand and invest in infrastructure to accommodate all the population that has come in a short time. Given this, this work focuses on understanding the social-spatial impacts that have arisen from tourism encouraged by investments related to the oil industry activities, and how they have affected Rio das Ostras. The methodology included bibliographic reviews – to understand the rise of tourism and the transformations it causes – and analysis on maps and socioeconomic data to understand the growth of the municipality.

Keywords: Rio das Ostras; tourism; social-spatial impacts.

Mayná Fernanda Mendes dos Santos

Arquiteta e Urbanista/IFF; Pós-graduada em Arquitetura da Cidade: suas demandas e tecnologias/IFF; Instituto Federal Fluminense – Campus Campos-Centro – Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil. E-mail: mayna.fms@gmail.com; (22) 2737-5600, Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes/RJ

Danielly Cozer Aliprandi

Arquiteta e Urbanista/UFES; Mestre em Arquitetura e Urbanismo/PPGAU/UFES; Doutora em Arquitetura/PROARQ/UFRJ; Instituto Federal Fluminense – Campus Campos Centro. E-mail: daniellyalip@gmail.com; (22) 2737-5600, Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes/RJ

Introdução

A atividade turística está presente na sociedade desde seus primórdios por meio de viagens, modificando suas características e objetivos ao longo do tempo. Segundo Paiva (2012), somente após algumas conquistas no período pós-Revolução Industrial – entre elas, as inovações tecnológicas, que facilitaram os deslocamentos, e a modificação das condições de trabalho, que cria o conceito de tempo para lazer – foi possível um modelo de turismo como conhecido atualmente, com mais liberdade de escolha para o usuário.

Com o desenvolvimento dos conceitos de lazer e bem-estar, o turismo tornou-se um produto mercadológico, mais flexível, buscando atender a uma demanda específica de pessoas que cada vez mais consumiam tudo o que englobava as atividades turísticas. Considerando que muitos locais utilizam seus patrimônios naturais e históricos para atrair turistas, os municípios buscam se diferenciar pelo *city marketing*¹ e apresentar os melhores atributos locais. Vargas (1996, p. 7) complementa que:

Em termos de atividade turística, o potencial já existente no urbano é, por assim dizer, altamente significativo: participar das atividades de lazer, consumo, cultura, eventos; apreciar a paisagem urbana, a arquitetura, as grandes obras da engenharia, os marcos da cidade, o seu tecido urbano, os espaços renovados; conhecer a história através dos espaços desenhados pela sociedade em todos

os tempos; conviver com ambientes e pessoas diferentes, aproveitar a arte do encontro, realizar negócios, ter contato com o novo e com o desconhecido, são possibilidades que o urbano oferece naturalmente e se constituem num grande insumo para a atividade turística.

Para que a cidade se torne um produto do ponto de vista turístico, é importante que o poder público planeje, de forma coerente, o desenvolvimento deste bem, garantindo infraestrutura adequada, educação em relação à preservação do patrimônio e do meio-ambiente, assegurando qualidade de vida para a população residente.

Considerando esses fatores, este trabalho tem como objeto de estudo o município de Rio das Ostras (Figura 1), situado na Baixada Litorânea do estado do Rio de Janeiro, a 170 km da capital estadual, fazendo divisa com Macaé e Casimiro de Abreu (RIO DAS OSTRAS, 2019). Com a descoberta e o crescimento da bacia de petróleo de Campos, Macaé passou a abrigar diversas empresas, o que ocasionou os crescimentos populacional e urbano. Devido à sua contiguidade com Rio das Ostras, este, além de receber *royalties*² devido à exploração do petróleo, passou também a receber uma parte da população que, muitas vezes, desejava residir em uma cidade de menor porte.

O A Região Litorânea onde Rio das Ostras se localiza é conhecida por suas praias, lagoas e ilhas oceânicas. O

Figura 1: Localização de Rio das Ostras/RJ.



Fonte: IBGE, modificado pela autora (2021).

Figura 2: Pontos turísticos em Rio das Ostras/RJ.



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (2021).

município ainda possui grande riqueza de fauna e flora e considerável reserva ecológica com vegetação nativa da região. Em razão dos elementos naturais de sua paisagem (Figura 2), acaba por atrair pessoas em períodos de veraneio.

Em virtude da busca pelo território, devido ao crescimento da bacia de petróleo e gás – o que propeliu a cidade a passar por um rápido inchaço populacional com taxa anual de crescimento em 11,24% entre os anos de 2000 e 2010 (Departamento de Jornalismo – ASCOM, 2017) – e o potencial turístico da paisagem do local, foram realizados diversos investimentos na infraestrutura dessa área.

Levando em consideração tais fatores, é relevante analisar até que ponto os benefícios do turismo são aceitáveis para a região e como estes se relacionam às atividades do setor de petróleo e gás, considerando a relação das duas áreas no crescimento do município.

Por esses motivos, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioespaciais que se sucederam ao longo da primeira década do século XXI (2000 a 2010), período de grande crescimento populacional no município, entendendo como essas mudanças estão conectadas ao crescimento do turismo – um dos maiores investimentos financeiros advindos das atividades petrolíferas da região – e identificando as alterações mais relevantes no local.

A metodologia consiste na análise de mapas de diferentes épocas e dados socioeconômicos, buscando compreender como os investimentos financeiros se relacionam ao turismo e como este se relaciona às alterações da área ao longo da década analisada. Também foram feitas pesquisas em artigos, revistas e jornais para compreender os impactos do turismo, a sua importância para Rio das Ostras – entendendo como a paisagem é afetada – e como este se relaciona com os impactos das atividades petrolíferas.

A promotional graphic for a Master's program. It features a woman in profile wearing glasses, looking towards the left. The background is dark with a grid pattern. Text is overlaid in white and red. At the bottom left is the logo of Universidade Candido Mendes.

MESTRADO
PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL
LINHA DE PESQUISA EM SAÚDE

UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Reflexões sobre o turismo

Para se estabelecer o conceito do turismo e tudo o que atualmente envolve as atividades turísticas, é preciso compreender como este iniciou e quais foram os fatores que causaram alterações em sua configuração. É difícil definir com exatidão quando começaram tais atividades considerando que o ser humano realiza viagens e deslocamentos desde a Antiguidade, por não possuir residência fixa.

Segundo Amaral Junior (2012 *apud* NAKASHIMA; CALVENTE, 2016), as primeiras viagens de cunho festivo foram originadas pelos egípcios logo após a construção das pirâmides. Posteriormente, os deslocamentos permitiram a construção dos primeiros caminhos, que se converteram em estradas e facilitavam a locomoção dos viajantes.

No final do século XVII, iniciou-se o *Grand Tour*, que se caracterizava pela realização de viagens movidas pela busca da cultura, do aprendizado e do crescimento como indivíduo. Tratava-se de viagens sem fins específicos de lazer, embora tenham contribuído para a valorização das paisagens, e tinham como objetivo final os centros culturais da Europa. Esse fenômeno era realizado essencialmente por jovens ingleses pertencentes à nobreza e, um pouco depois, à classe média (SALGUEIRO, 2002).

A Revolução Industrial possibilitou o avanço do setor turístico devido às inovações tecnológicas – permitindo

deslocamentos maiores e em menos tempo – e a modificação das condições de trabalho, criando o direito ao tempo livre, que se converteu, em parte, em atividade turística (VARGAS, 1996; PAIVA, 2012).

No período entre guerras, os transportes ferroviários obtiveram pouco desenvolvimento em razão da maior utilização de carros e ônibus, fazendo, com isso, com que as estradas sofressem avanços. Neste contexto, também foi inventado o avião, que propiciou grandes deslocamentos em períodos mais curtos.

Com o pós-guerra, diversos países se encontraram destruídos. De forma geral, a população estava desgastada com a vida moderna e com necessidades de uma fuga da rotina. A tecnologia utilizada na guerra avançava cada dia mais e compelia o desenvolvimento de meios de transporte melhores e mais desenvolvidos (TOSQUI, 2007; NAKASHIMA; CAVALCANTE, 2016).

Reconhecendo a importância das atividades turísticas para a economia de vários locais, suas demandas se flexibilizaram, criando serviços diferenciados para atender cada tipo de viajante, e diversos municípios transformaram em produto as paisagens existentes em seu território, alguns locais, inclusive, tendo como base da economia o mercado turístico. Essas práticas, porém, não trouxeram somente benefícios para as localidades.



VAGAS LIMITADAS

DOUTORADO

COM LINHA DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Santos (2004) divide esses impactos em econômicos, socioculturais e ambientais. Entre eles, inúmeros são os aspectos que podem ser analisados, de acordo com cada local específico.

Quanto aos impactos econômicos, existe um consumo e uma valorização da paisagem, com isso, se faz necessário o desenvolvimento de infraestrutura para a localidade, o que resulta em demanda por mão de obra. Porém, é importante ressaltar que, como se trata de práticas econômicas, assim também a paisagem é transformada em mercadoria, o que culmina com sua alteração para atender ao turismo (PAIVA, 2012).

No que diz respeito aos impactos socioculturais, há implicações diretas no modo de vida, nos comportamentos, na história e na cultura da população, pois as atividades turísticas permitem uma grande troca em relação à cultura de determinado local. Harvey (2005) afirma que grandes cidades, como Paris, Atenas, Nova York, Rio de Janeiro, entre outras, tornam-se capitais simbólicas, explorando seu potencial cultural e sendo reconhecidas em escala mundial. Porém, devido ao turismo, essa cultura pode, muitas vezes, ser descaracterizada, o patrimônio pode não ser respeitado, pode ocorrer um crescimento desordenado da população, e os moradores podem se sentir desconfortáveis em relação ao crescimento do número de turistas.

Em relação aos impactos ambientais, áreas com zonas rurais ou litorais recebem uma grande valorização devido à sua paisagem. O bem-estar que a natureza proporciona é um dos principais fatores de atração dos turistas. Em algumas localidades, o meio ambiente torna-se um território preservado, e o turismo proporciona conscientização aos moradores e visitantes daquela localidade. Do mesmo modo, a falta de cautela em relação a esses espaços pode resultar em regiões degradadas e poluídas, o que pode culminar em perdas importantes em relação à fauna e à flora dos territórios.

No território brasileiro, diversos municípios possuem como base da economia o turismo. Algumas cidades históricas fazem intenso uso dos seus patrimônios como forma de atrair turistas. Soares (2006), porém, ao escrever sobre os impactos nessas localidades, descreve que, apesar de a atividade turística ser extremamente importante por apresentar a história da área e o reconhecimento de seu valor cultural, as cidades não foram projetadas para receber um grande fluxo de pessoas e transportes, o que cria tensões, culminando na adaptação territorial para receber cada vez mais visitantes.

No caso de municípios que fazem parte de regiões litorâneas, alguns moradores podem sentir impactos diferentes do citado no caso das cidades históricas. No

estudo de Gândara e Ramos (2008) sobre os impactos do turismo no litoral do Ceará, os autores apresentam a destruição das dunas, que fazem parte do patrimônio natural da região, além da especulação imobiliária e o aumento dos preços dos produtos.

Considerando Rio das Ostras, é possível reparar tais impactos. O local, que antes era residência de pescadores, hoje atrai turistas e moradores de diversas regiões, o que impulsiona o aumento do preço de moradias e mercadorias. Além disso, ainda se fazem necessárias diversas soluções de problemas em relação a serviços básicos. No próximo capítulo, será abordado, mais especificamente, como esse turismo se desenvolveu no município e a importância da paisagem das orlas para tal.

Rio das Ostras, o turismo e as atividades petrolíferas

A Região Litorânea situada ao norte do estado do Rio de Janeiro atraiu diversos viajantes devido a baías propícias para se atracarem navios e também a mata atlântica que cerca a região, rica em matérias-primas. A utilização dos rios neste processo impulsionou o desenvolvimento dos locais, porém, em Rio das Ostras, isso ocorreu de forma mais lenta, pois o rio era pequeno e não comportava grandes embarcações. Além deste fator, a área também não participava da economia da época de forma ativa (COSTA, 2008).

No início do século XX, em 1925, a sede do município, antes Barra de São João, passou para Indayassú, atualmente Casimiro de Abreu. Iniciou-se uma forte atividade pesqueira, que se tornou uma importante atividade econômica para a área. Com a construção da Rodovia Amaral Peixoto, também conhecida como RJ-106, o território conseguiu se expandir ainda mais e ter maior ligação com a capital. Em 1950 e 1960, iniciaram-se os primeiros loteamentos em Rio das Ostras e as primeiras atividades turísticas. Nesse momento, a região atraía pessoas que desejavam obter uma segunda casa em uma área voltada para o lazer, fato que começou a modificar a vila de pescadores (LIMA, 1998).

Em 1970, com uma já crescente urbanização, Rio das Ostras se tornou oficialmente distrito de Casimiro de Abreu. Ainda nessa década, iniciaram-se as primeiras atividades petrolíferas na recém-descoberta Bacia de Campos, responsável pela instalação da Petrobras em Macaé. Por serem territórios próximos, o desenvolvimento de Macaé impulsionou consigo também Rio das Ostras.

A busca pelas moradias de veraneio estimulou o crescimento do mercado imobiliário. Além disso, a

localidade passou também a receber royalties, que se tornaram parte essencial da economia. Esse conjunto de fatores acabou por resultar na emancipação do município em 10 de abril de 1992, pela Lei n.º 1.894. A partir disso, um forte movimento pendular entre os municípios de Rio das Ostras e Macaé se desencadeou, principalmente devido à proximidade de cerca de 27 km entre eles. Esse processo – caracterizado como um deslocamento diário, seja com a finalidade de estudo, seja de trabalho –, também impulsionou o crescimento populacional. Muitas pessoas acabavam por se dirigir a Rio das Ostras por inúmeros motivos, como moradia mais barata ou menor índice de violência.

Com esse fluxo de pessoas instalando-se na cidade e devido a um novo capital financeiro, empreenderam-se mais investimentos em infraestrutura e atividades turísticas, responsáveis pelo rápido crescimento da população. Atualmente com um território de 288.044 km², Rio das Ostras possui 155.193 habitantes (IBGE, 2021). Comparando o número da população no início dos anos 2000, que contava com pouco mais de 36 mil habitantes, é notável o crescimento.

Essa atividade turística ocorreu principalmente devido à paisagem do município, que conta com uma cobertura de 15,54% de mata atlântica preservada (RIO DAS OSTRAS,

2019) e locais com elementos naturais que são utilizados como pontos turísticos, além da criação de outros construídos posteriormente, indicados na Figura 3.

Foram produzidos também alguns eventos que acontecem todos os anos e fazem parte das atividades turísticas da cidade, como o festival de Jazz e Blues – evento gratuito criado em 2003, fruto de uma parceria privada com a prefeitura, que se divide entre apresentações de jazz e blues de artistas nacionais e internacionais em diversos pontos do município, atraindo cada vez mais público para o município –; o encontro de motociclistas Ostracycle – encontro que existe desde 1995 e é o segundo maior do País; inclui shows, feiras e apresentações com motos –; e o festival de frutos do mar.

Ao longo dos anos, percebe-se, assim como acontecem em outras cidades situadas em regiões litorâneas, a valorização da orla. Diversos eventos citados e pontos turísticos construídos são próximo às áreas marítimas (Figura 3). Rio das Ostras é composta de 15 praias em sua extensão. Algumas das mais famosas, como a do Centro, de Costa Azul e do Remanso, tiveram a sua orla modificada, buscando atender mais turistas (Figuras 4 e 5). Essas receberam ciclovias, reforma nos quiosques, áreas de lazer para crianças, além da modificação do material dos pisos e bancos.

Figura 3: Mapa da localização de eventos em Rio das Ostras/RJ.



Fonte: Elaborado pela autora com base no site oficial do Ostracycle e da Prefeitura de Rio das

Figura 4: Praça São Pedro do centro de Rio das Ostras.



Fonte: Gustavo Vivacqua, [200-]; Acervo pessoal, 2021.Ostras, 2021.

Figura 5: Mirante de Costa Azul, Rio das Ostras.



Fonte: Gustavo Vivacqua, [200-]; Marcelo Teles, [2004?].

Analisando o contexto da valorização da praia, percebe-se que ela não possuía a mesma função que nos dias atuais. Inicialmente, elas não eram aproveitadas; somente entre os séculos XIX e XX, começaram a ser utilizadas com todos os seus elementos: esporte à beira mar, banho de mar, banho de sol etc. Seu espaço começava a se delinear como um local público, atendendo a todas as classes com a finalidade de recreação (MACHADO, 2000; RAMOS, 2009).

Seu uso passou a atrair empresários que enxergavam o potencial mercadológico do local, como nos apresenta Macedo (1998, p. 158): “Toda a ocupação é voltada para a exploração máxima dos valores paisagísticos ligados à praia e ao mar, pois estes são os focos de atração deste tipo de ocupação”.

É relevante compreender que a demanda pelo uso do espaço litorâneo se amplificou devido ao consumo da

paisagem da praia. Soares, Medeiros e Sales Filho (2013, p. 112) afirmam que: “A paisagem tem grande importância para a atividade turística, pois é com ela que quase sempre o turista tem o primeiro contato ao chegar ao destino a ser visitado. Em razão disso, o turismo é certamente a atividade econômica que mais se apropria da paisagem”. Font (1992) explica que as experiências individuais da pessoa, cultura, período histórico em que está inserida, entre outras características sociais, diferem em termos de percepção para cada uma em relação a determinado local.

Macedo (1993, p. 54) define que:

Paisagem é a expressão morfológica em um determinado tempo, do processo constante de ação dos seres vivos sobre os diversos pontos do planeta associados ao movimento contínuo das diferentes estruturas geológicas e águas. A paisagem não é estática e pode ser

considerada como um sistema complexo de relações que para ser compreendida necessita de muito mais informações que o mero olhar nos pode oferecer.

O autor ainda declara que: “A paisagem é, então, um produto destas transformações e é claramente codificada e percebida pelas sociedades como imagens, duradouras ou fugidias, que passam e são percorridas pelo ser humano no seu cotidiano, que a utiliza à larga, como lugar de vida e trabalho” (MACEDO, 2001, p. 145).

Em razão dos fatores já explicados, a praia tornou-se um cenário com valor comercial, e os municípios fazem intenso uso do *city marketing*, buscando potencializar a utilização desse espaço, promovendo atividades relacionadas ao turismo e à venda da imagem dos elementos naturais do local e dos construídos posteriormente.

Porém, a ligação que o turista estabelece, na maioria das vezes, com a paisagem é superficial, pois o ambiente é “criado” para gerar sensações nos visitantes. A relação é diferente no que diz respeito aos moradores (Font, 1992), os quais conseguem transpor o cenário, por conviverem diariamente no local. Essa comercialização intensifica a concorrência entre os locais. Harvey aponta que existe um processo que as cidades passam a adotar, “[...] uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 2005, p. 167). Tal processo de empreendedorismo urbano reflete em diversos impactos no ambiente urbano ao se transformar o processo de lazer em uma fonte geradora de lucro e, muitas vezes, ao modificar o planejamento e a gestão urbana do espaço.

Harvey (2005, p. 172) ainda acrescenta que:

[...] o novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego.

É notável que tal processo aconteça no município de Rio das Ostras, principalmente ao se analisar os eventos que acontecem anualmente no local e que são, de certa forma, o diferencial do território quando comparado aos outros municípios da Baixada Litorânea.

Além disso, a gestão municipal também investe na produção da imagem das praias e da vegetação da região. Foram necessários projetos e criação de leis para preservar esses locais.

Algumas áreas conseguiram recuperar áreas verdes e espécies nativas de restinga situadas nas orlas devido à construção de *decks* e caminhos pensados para restringir o acesso a esses espaços. Porém, diversas melhorias foram feitas buscando atender os visitantes e usuários desses locais.

Muitas vezes a preservação dos ambientes somente é feita buscando a promoção da imagem. Como afirma Macedo (1998, p. 194), é importante levar em consideração alguns fatores sobre ecossistemas costeiros, como:

[...] não suportam uma ocupação intensiva por estruturas urbanas convencionais. O parcelamento de seus territórios pode significar a sua destruição imediata, pois os ecossistemas costeiros não podem ser reduzidos a partes dissociadas em si, sem que ocorra uma perda significativa de suas características.

A proteção ambiental é importante para o governo do município, tendo bastante enfoque no plano diretor, inclusive como diretriz de política urbana à proteção dos ecossistemas. Além disso, com a seção IV abordando sobre a paisagem:

Art. 39. A proteção à paisagem tem por objetivo assegurar a boa qualidade de sua dimensão ambiental, visual e estética a todos os munícipes, impedindo sua degradação e permitindo a identificação do ambiente natural e cultural local.

Art. 40. São diretrizes da política de proteção da paisagem: V – proibir a publicidade de qualquer natureza contra as normas de proteção ao meio ambiente ou com prejuízo da visibilidade das paisagens naturais, conjuntos urbanísticos, edifícios e construções notáveis (RIO DAS OSTRAS, 2006, p. 8).

É notável perceber que o município possui preocupação inclusive com a utilização de outdoors, que podem ocasionar prejuízo quanto à apreciação da paisagem. Apesar de legalmente preservada, ela se modifica gradativamente à medida que novas intervenções são feitas em benefício das atividades turísticas e da criação dos espaços visuais buscando valorizar o local. Os espaços situados em frente às praias, aos poucos, são transformados em grandes casas e prédios.

É relevante observar que existe uma ocupação sazonal no município considerando que Rio das Ostras possui um aumento significativo populacional nos períodos de férias de veraneio (dezembro a fevereiro), feriados

prolongados e épocas dos festivais já mencionados. Nesses períodos, assim como em outras cidades da Baixada Litorânea, os problemas de infraestrutura são ampliados.

Também é importante notar que a atividade turística conseguiu se desenvolver sobretudo devido ao início das atividades petrolíferas. O município já era visado como local turístico, mesmo que não da forma como é visto atualmente, porém o setor do petróleo e gás, além de majorar o orçamento do município de forma significativa – com os royalties chegando a compor 62% da receita de Rio das Ostras entre os anos de 2009 a 2011 (GIVISIEZ e OLIVEIRA, 2012) –, possibilitou o investimento em outros setores. Essas atividades atraíram novos moradores e novas empresas para o território, o que culminou em um desenvolvimento do município.

Apesar de benéfico em muitos setores do município, o turismo proporciona, cada vez mais, maiores impactos na extensão do território. No próximo capítulo, será abordado como essas atividades turísticas alteraram a configuração socioespacial do território – portanto, sua paisagem – e como os impactos do petróleo se relacionam ao crescimento do local.

Impactos socioespaciais no município

Em 1997, foi criada a Lei n.º 9.478, também conhecida como Lei do Petróleo, que instituiu sobre as atividades relacionadas ao petróleo (BRASIL, 1997). Ao definir parâmetros, como a divisão do montante dos royalties, ela aumentou o repasse para o município, o que a tornou a maior fonte de renda de Rio das Ostras. Porém o Decreto n.º 1 de 1991 já havia restringido o uso dos seus recursos, excluindo seu uso para recursos humanos e pagamentos de dívidas públicas (BRASIL, 1991).

O recebimento dos royalties foi extremamente importante para a economia do município, pois

garantiu certa estabilidade financeira, considerando que a arrecadação era maior que sua despesa em alguns anos.

Levando em conta que o petróleo é um recurso finito e que o turismo já estava crescendo na região, o turismo direcionou os investimentos em infraestrutura como forma de acumular valor à cidade. Essa estratégia está diretamente ligada ao planejamento de desenvolvimento em relação as atividades turísticas. Barbosa e Zamot (2004, p. 4) afirmam que “O desenvolvimento de um destino turístico requer a existência de uma infraestrutura capaz de atender a população residente e a população flutuante que chega através da atividade turística ou de negócios”. É relevante observar que, para se atrair visitantes, um planejamento adequado deve ser feito, pois, como já exposto, para se realizar essa atividade, é essencial realizar um bom *city marketing*. Como complementa Marins (2010, p. 74):

Com o apoio governamental, as ações feitas em parceria com o setor privado e utilizando-se para tal os royalties do petróleo, foram assim iniciadas uma série de reformas urbanas, com investimentos direcionados principalmente em infraestrutura, ações estas que beneficiariam a população e estimulariam a ação de empresários do Turismo. No entanto, estas políticas acabaram por priorizar a orla, em detrimento de localidades do interior e carente de benefícios sociais.

O investimento na infraestrutura se fez extremamente necessário, principalmente quando se considera que, em 2000, somente 3,9% das habitações possuíam acesso à rede de distribuição de água, e 2,9%, acesso à rede coletora de esgoto sanitário (TCE RJ, 2004). Segundo Barbosa e Zamot (2004, p. 5), “Um sistema de distribuição de água e esgoto eficiente é fundamental para qualquer tipo de espaço urbano, principalmente os destinos turísticos que têm sua população aumentada sazonalmente”. Em 2007, foi construída a estação de tratamento de esgoto, que conta com 306 mil metros de rede coletora, 2.170 metros de emissário terrestre



e mais 3.188 metros do emissário submarino, que se tornou ponto turístico do local (NOVONOR, 2007).

Quando se considera que a infraestrutura não atendia boa parte dos cidadãos que chegavam e aumentavam significativamente a mancha urbana, é possível perceber que existe uma valorização no mercado imobiliário, com áreas recebendo investimentos públicos em detrimento de outras, pois, apesar do investimento do poder público nesses serviços, ao se criarem novas áreas de expansão imobiliária, inicia-se, muitas vezes, um processo de valorização da terra, que, posteriormente, serve de combustível para a especulação imobiliária.

Com a criação de atrativos para determinados locais, essa produção de espaço pelo poder público também gera espaços visando lucros privados. No caso de Rio das Ostras, pode-se observar, como exemplo, a criação da Zona Especial de Negócios (Zona ZEN), um bairro localizado próximo à divisa com Macaé, projetado para sediar empresas do ramo de petróleo e gás, as quais geram um lucro considerável para a cidade. Percebe-se que as atividades petrolíferas da Bacia de Campos tiveram impactos diretos no município, não só com o recebimento de royalties, mas também com o lucro proveniente de empresas na localidade e com o aumento populacional que o setor acabou gerando, pois ocorreu uma considerável geração de empregos

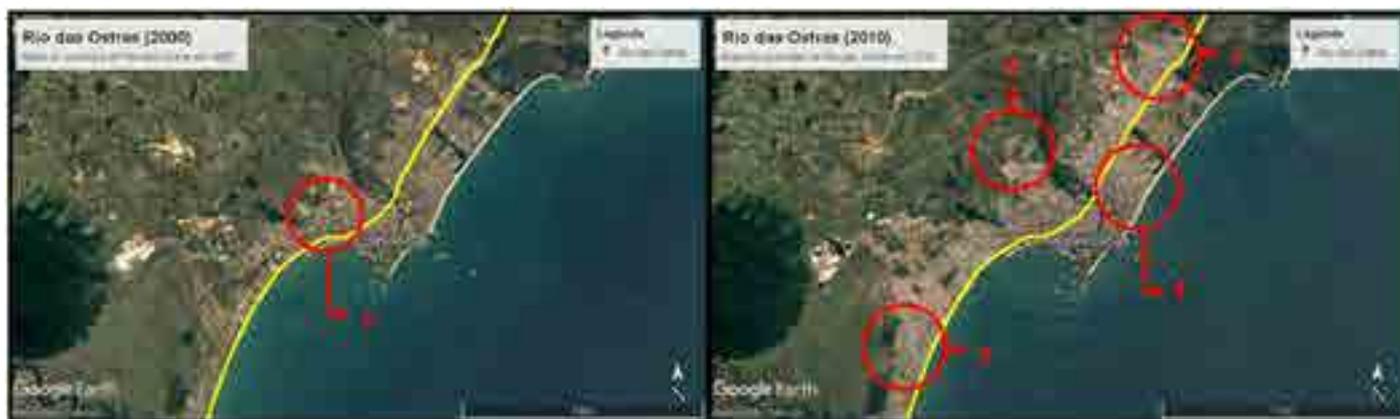
que ainda atrai diversos trabalhadores para a região.

No período entre 2000 e 2010, Rio das Ostras teve um importante crescimento populacional, passando de 36.419 habitantes, em 2000, para 105.676, em 2010 (IBGE, 2021). Esse desenvolvimento ocorreu por diversos fatores, entre os quais, segundo Gomes (2009), destacam-se os seguintes: atividades voltadas para petróleo e gás na Bacia de Campos, que atraíram novos trabalhadores; especulação imobiliária e aumento da violência em Macaé, o que resultou em moradores buscando mudar-se Rio das Ostras; obras de melhoria e requalificação urbana, entre elas, a construção e posterior duplicação da rodovia Amaral Peixoto, que interliga toda a cidade; e investimentos na orla de Costa Azul, em 2003, e na Lagoa de Iriry, em 2004.

Como coloca Alvarez (2012 *apud* BELLINI, 2014, p. 18), esses investimentos “[...] criam novas centralidades e aprofundam a hierarquização de locais na cidade e a segregação espacial, pois concentram recursos públicos em porções do território”.

Na Figura 6, é possível ver o crescimento de Rio das Ostras entre 2000 e 2010. Analisando os mapas, pode-se observar, além das mudanças em relação à concentração de habitações, alguns pontos que foram marcados no mapa.

Figura 6: Mapa de Rio das Ostras em 2000 e em 2010.



Fonte: Google Earth, 2021, modificado pela autora.

Nota: não foram considerados os núcleos urbanos, somente o distrito-sede

Na área 1 demarcada no mapa, nota-se que a concentração da população era situada no Centro de Rio das Ostras, principalmente porque, na época, era uma das poucas regiões que forneciam infraestrutura adequada para moradia, levando em conta que muitos dos bairros, apesar de loteados, não forneciam alguns serviços básicos de forma a atender um grande contingente de pessoas.

Na área 2, é observado o crescimento do município em direção a bairros em paralelo à Rodovia Amaral Peixoto (marcada em amarelo na Figura 6), que corta toda a cidade, o que acabou direcionando a evolução das moradias nesse sentido – atualmente, se interliga ao distrito de Barra de São João, formando uma conurbação. Na outra direção da rodovia, no sentido

Macaé, existem muitas áreas de preservação, o que delimitou o crescimento naquele sentido.

Nas áreas marcadas como 3, ocorreu uma concentração considerável nessas regiões. Ambas se situam mais próximo à delimitação da área rural, tornando-se bairros periféricos, o que normalmente se traduz em desvalorização do território devido ao seu afastamento das áreas centrais. Tal fato causa um maior tempo de deslocamento além de os bairros serem os mais populosos da cidade (CAVALCANTE, 2014). As áreas demarcadas também se situam próximo a áreas alagáveis, o que pode gerar adversidades ao se considerar que a ocupação e posterior expansão desses locais podem gerar problemas ambientais. Como afirma Maricato (2000, p. 165), “Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado”.

Por último, na área 4, é possível perceber que, nas localidades próximas às zonas marítimas, já existiam algumas moradias no primeiro mapa, porém sofreram uma condensação considerável. Esses bairros são delimitados devido às áreas de proteção. Eles possuem uma valorização dos imóveis em razão da localização privilegiada, próximo às praias, principalmente se for levado em conta que, ao longo da costa de Rio das Ostras, alguns territórios à beira-mar já se encontram ocupados, como é o caso da área central.

Em sua análise acerca da absorção dos migrantes que desejam residir na cidade, Cavalcante (2014, p. 73) afirma que “[...] as localidades que atraem os trabalhadores das grandes empresas são planejadas, [...] que dispõe de ofertas de proximidade das praias, infraestrutura, serviços públicos e, claro, embelezamento”. Além disso, o autor complementa que é possível observar que os bairros tradicionais e os planejados acabam por absorver as famílias mais abastadas – bairros que se situam próximo às áreas turísticas ou as incorporam –, enquanto as famílias de baixa renda residem em áreas periféricas, que, apesar de possuírem infraestrutura em algum nível (ruas asfaltadas, acesso a saneamento básico, postos de saúde, entre outras), muitas vezes não é adequada (CAVALCANTE, 2014).

Na dissertação de Bellini (2014, p. 52), a autora faz uma análise da desigualdade espacial em Rio das Ostras, que ela explica como:

A desigualdade ambiental ocorre tanto em relação ao acesso desigual da população aos serviços e infraestrutura sociais e ambientais, como água potável, esgotamento sanitário e áreas verdes, como em relação à exposição aos riscos ambientais, isto é, à probabilidade que determinado grupo social tem de ser afetado por eventos ambientais negativos, como enchentes, deslizamentos e áreas contaminadas.

Para os autores Villaça e Borelli (1998; 2011 *apud* BELLINI, 2014, p. 53):

[...] a desigualdade ambiental se origina na desigualdade social, tendo em vista que o acesso diferenciado a condições ambientais adequadas, como água potável e esgotamento sanitário, repercute na segregação espacial. Isso ocorre porque há uma organização espacial que separa os grupos minoritários em termos de representação política, econômica e/ou social (origem étnica, racial ou a renda), sobrepondo carências.

Pelo mapeamento da renda familiar domiciliar per capita, alfabetização, índice de abastecimento de água, índice de distribuição de esgoto sanitário, índice de disposição de lixo e índice de presença de vegetação, Bellini (2014) conseguiu mapear a desigualdade ambiental em Rio das Ostras. Em sua conclusão, a autora observou que as áreas marcadas pelo número 3 na Figura 7 possuem sobreposições de carências, “[...] por apresentarem a convergência de baixa renda, baixa porcentagem de alfabetizados e índice de desigualdade ambiental abaixo da média” (BELLINI, 2014, p. 104). Outro diagnóstico que a autora observou foi que algumas áreas periféricas com baixa renda e taxa maior de analfabetismo possuem acesso a algum tipo de infraestrutura, o que pode significar uma tentativa de valorização do bairro.

É relevante considerar que existe uma distribuição desigual da população nas regiões do município. Essa má disposição cria uma segregação, que Villaça (2001, p. 142) define como “[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais ou conjuntos de bairros* da metrópole”. O autor elabora que uma segregação espacial de classes nem sempre é determinada pelo valor do solo, considerando que diversas regiões muitas vezes concentram uma população de diferentes classes sociais.

A segregação possui um transcurso que ocorre de forma geral, como complementa Villaça (2001, p. 150):

Resumindo: a maioria das análises sobre segregação parte de um espaço urbano dado, que é melhor, seja qual for o motivo, e por isso atrai os mais ricos, os que possuem mais prestígio, poder e status. Nos casos em que não há atributo natural especial, não cogitam como esse espaço melhor foi produzido – transformado em melhor. No caso em que mostram essa produção [...] limitam-se a constatar uma correlação entre a classe social que ocupa determinada região e os equipamentos públicos de que ela é dotada.

A distribuição espacial no município de Rio das Ostras é, de certa maneira, complexa, com zonas valorizadas, que nem sempre apresentam infraestrutura adequada, e outras periféricas, que muitas vezes possuem uma estrutura muito mais adequada. Maricato (2000, p. 157) afirma que “As obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia”. É possível perceber uma tentativa de valorização dos bairros de modo geral, porém os situados próximo às áreas turísticas acabam recebendo mais investimento em seus serviços básicos.

Além disso, os espaços onde se localizam empresas de petróleo e gás, geradoras de renda para o município, também recebem uma maior valorização, como afirmam Herculano e Piquet (2011; 2007 *apud* BELLINI, 2014, p. 24): “[...] uma série de concessões, benefícios, infraestrutura e serviços foram dispostos pelo poder público para que o setor petrolífero pudesse se desenvolver”. Herculano (2011 *apud* BELLINI, 2014) explica ainda que os espaços onde essas empresas se fixam funcionam como base de operação, podendo ser desocupados. Considerando que o setor de petróleo e gás é gerido de acordo com o desenvolvimento econômico dessa área, ao não existirem mais condições vantajosas oferecidas pelo poder público, esses locais podem ser desocupados, não existindo uma relação do setor com o ambiente onde está inserido.

Ao analisarem a riqueza e a pobreza da população em cidades petrolíferas, Givisiez e Oliveira (2013) afirmam que, em 2010, Rio das Ostras era o segundo município do Rio de Janeiro com o maior percentual de população empregada no setor de petróleo e gás. Junto com Macaé, concentra a população com o rendimento mais alto do estado, porém, com uma disparidade em relação à concentração de renda, onde “[...] os 20%

mais ricos da cidade, concentram, aproximadamente, 60% dos rendimentos” (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2013, p. 19).

Por meio do relatório da Macroplan (2012 *apud* BELLINI, 2014), é possível perceber que, apesar do capital, a evolução que deveria ter ocorrido não se deu nos municípios do setor:

[...] não houve inovações nas gestões municipais que ampliassem a capacidade institucional de gerenciar projetos prioritários, como infraestrutura, educação e saúde, houve pouca transparência na alocação de recursos e houve falta de estratégia para a saúde financeira para a era pós-petróleo e para a promoção do desenvolvimento sustentável a longo prazo (BELLINI, 2014, p. 28).

Não é possível afirmar se essa disposição no município e o seu crescimento tem como responsável principal o advento do turismo, uma vez que ele e as atividades petrolíferas estão interligadas. As atividades turísticas, assim como a indústria de petróleo e gás, buscam valorizar o local e promover o seu crescimento econômico, o que nem sempre garante o desenvolvimento sadio da população ou do meio-ambiente, muitas vezes traduzindo-se em uma discrepância no local.

Conclusão

Este trabalho trouxe uma reflexão acerca dos impactos socioespaciais do turismo no município de Rio das Ostras. Considerando as regiões costeiras, a utilização de áreas ambientais nessas atividades transformou as paisagens em bens de consumo, o que causa diversos impactos ao local onde estão inseridas.

Rio das Ostras teve um crescimento vertiginoso se comparado ao de outras cidades do mesmo porte. O perfil do local foi nitidamente alterado, principalmente entre 2000 e 2010. Apesar de benéfico em muitos aspectos, todo esse rápido desenvolvimento trouxe também sua parcela de problemas.

A gestão da cidade necessitou criar projetos para absorver toda a parcela da população que chegou. Com boa parte dos habitantes residindo na área urbana, a administração do local não conseguiu promover condições ideais de habitação, o que provocou um processo de especulação imobiliária em alguns bairros e a segregação de grupos de menor renda.

No caso de Rio das Ostras, o turismo e as atividades

petrolíferas caminharam juntas e foram diretamente responsáveis pela expansão da região, sendo nítido perceber que o turismo sozinho não foi o responsável pelos impactos socioespaciais no local. Porém, apesar do rendimento considerável que essas atividades geraram, nem sempre essa expansão se traduziu em bem-estar para a população.

A cidade não conseguiu absorver todo o contingente populacional de forma satisfatória ao apresentar infraestrutura inadequada em bairros periféricos, que seguem com uma população em expansão, enquanto locais próximos à praia recebem melhores acessos a serviços básicos. Esses locais – que apresentam uma segregação espacial somada à ineficácia de serviços básicos – demonstram uma desigualdade ambiental considerável no município.

Como já dito, Rio das Ostras sofre uma flutuação de pessoas na época de veraneio, o que demonstra sérios problemas ao receber visitantes, possuindo locais com infraestrutura ineficiente para os moradores. Ao propor atividades turísticas em um local, uma boa gestão deve ser realizada, o que nem sempre ocorre.

Referências

- BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros; ZAMOT, Fuad Sacramento. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo: o caso do município de Rio das Ostras. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-pop-2477.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1, de 11 de janeiro de 1991. Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0001compilado.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.
- BELLINI, Juliana Higa. **Mapeamento e análise da desigualdade ambiental no município de Rio das Ostras (RJ)**. 2014. 126 f. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6340>. Acesso em: 1 maio 2021.
- CAVALCANTE, Paulo Henrique Fidelis. **O processo de urbanização do bairro Nova Cidade, na cidade de Rio das Ostras, na perspectiva do direito à cidade**. 2014. 94 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5274/1/TCC%20-%20Paulo%20Henrique%20Fidelis%20Cavalcante.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.
- CBIE. Centro brasileiro de infraestrutura. **O que são royalties?** Rio de Janeiro: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://cbie.com.br/artigos/o-que-sao-royalties/>. Acesso em: 2 maio 2021.
- COSTA, Aline Couto da. **Sustentabilidade e o processo de planejamento e gestão urbana: uma reflexão sobre o caso de Rio das Ostras (RJ)**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7GF6OvdwFRTUKNIWEU1VEc0Y28/view>. Acesso em: 26 mar. 2021.
- DEPARTAMENTO DE JORNALISMO – ASCOM. **Rio das Ostras lidera ranking populacional no Estado**. Rio das Ostras, 2017. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/rio-das-ostras-lidera-ranking-populacional-no-estado/>. Acesso em: 14 set. 2021.
- FONT, Joan Nogré I. Turismo, percepcion del paisaje y planificación del territorio. **Estudios Turísticos**, España, n. 115, p. 45-54, 1992. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/132551199.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- GÂNDARA, José Manoel; RAMOS, Simone Eloisa Villanueva. Estudo sobre o desenvolvimento do turismo no Ceará e seus possíveis impactos na Costa de Sol. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E TURISMO DO MERCOSUL, 5., 2008, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos** [...]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt12-02.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.
- GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. A pobreza e a riqueza nas cidades do petróleo. In: PIQUET, Rosélia. et al. (org.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Royalties, Petróleo e Região**. Rio de Janeiro: Garamound Universitária, 2013. p. 182 – 187. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261797746_A_pobreza_e_a_riqueza_nas_cidades_do_petroleo. Acesso em 17 ago. 2021.
- GOMES, Maria Laura Monnerat. Ocupação urbana de Rio das Ostras: Elementos definidores e os impactos nos recursos hídricos. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes, v. 3, n. 2, p. 145-161, 2009.
- GOOGLE EARTH. **Rio das Ostras**. 2021. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- LIMA, Maria da Glória D'Almeida. **Pérola entre o rio e o mar: História de Rio das Ostras**. Rio das Ostras, RJ: Fundação Rio das Ostras de Cultura, Poema, 1998.
- MACEDO, Sílvio Soares. Paisagismo e paisagem. Introduzindo questões. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n. 5, p. 49-57, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133783/129653>. Acesso em: 14 maio 2021.
- MACEDO, Sílvio Soares. Paisagem, modelos urbanísticos, e as áreas habitacionais de Primeira e Segunda residência. **Paisagem ambiente ensaios**, São Paulo, n. 11, p. 131-202, 1998.
- MACEDO, Sílvio Soares. Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do século 20. **Paisagem urbana**, São Paulo, n. 14, p. 143-170, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268306892.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.
- MACHADO, Helena Cristina F. A construção social da praia. In: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. **Sociedade e Cultura 1**, Cadernos do Noroeste, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 201-218, 2000.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: MARICATO, Ermínia. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARINS, Simony Rodrigues. **Impactos de turismo: Um estudo exploratório sobre atitudes e percepções de residentes e trabalhadores diretos do setor no município de Rio das Ostras**. 2010. 120 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/1547>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- NAKASHIMA, Sérgio Kaoru; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. A história do turismo: epítome das mudanças. **Turismo e sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrpr.br/turismo/article/view/43151/30025>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- NOVONOR. **Festa em Rio das Ostras**. 2007. Disponível em: <https://www.novonor.com.br/pt-br/festa-em-rio-das-ostras>. Acesso em: 3 maio 2021.
- OSTRASCYCLE. ENCONTRO INTERNACIONAL DE MOTOCICLETAS. 2021. Rio das Ostras: Prefeitura de Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <http://ostrascycle.com.br/>. Acesso em: 14 set. 2021.

PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo e as práticas socioespaciais. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, Campinas, n. 17/18, p. 1013-1024, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9612/1/2012_art_turismo.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço**: Dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RIO DAS OSTRAS (RJ). **Festival de Jazz e Blues**. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/jazzeblues/>. Acesso em: 14 set. 2021.

RIO DAS OSTRAS (RJ). **Concurso público – Edital n° 04/2019**. Conhecimentos Gerais sobre o Município de Rio das Ostras – RJ. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2019. Disponível em: <http://www.ibam-concursos.org.br/documento/lom-cgro2020.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

RIO DAS OSTRAS (RJ). **Lei Complementar n° 004/2006**. Dispõe sobre Plano Diretor, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Rio das Ostras. Rio das Ostras: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2006. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/leis-e-codigos/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200003. Acesso em 16 mar. 2021.

SANTOS, José Lázaro Quintero. Los impactos económicos socioculturales y medioambientales del turismo y sus vínculos con el turismo sostenible. **Anales del Museo de América**, España, n. 12, p. 263-274, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1180522>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SOARES, Geísa Martins. Os impactos do turismo em cidades históricas – Estudo de caso Tiradentes MG. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos** [...] Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT04-4.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

SOARES, Ílton Araújo; MEDEIROS, Carla Stefanea Cabral de; SALES FILHO, Antônio. Análise de paisagens turísticas da praia de Jenipabu (RN) com a utilização de indicadores de qualidade visual: uma contribuição para o turismo sustentável. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 45, p. 110-124, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16772/12206>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TCE RJ – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos socioeconômico 2004**. Rio das Ostras. Rio de Janeiro: TCE, [2004]. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 1 maio 2021.

TELES, Marcelo. Praia de Costazul. **Portal Rio das Ostras**. Rio das Ostras, [2004?]. Disponível em: <https://riodasostras.com.br/turismo/solepraia/praiadecostazul/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

TOSQUI, Patrícia. Uma breve história do turismo. **Dialogando no turismo**, Rosana, v. 1, n. 4, p. 35-46, 2007. Disponível em: <https://silo.tips/download/uma-breve-historia-do-turismo-1>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VARGAS, Heliana Comin. Turismo urbano: Uma nova indústria motriz. **Boletim de Turismo e Administração Hoteleira**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 38-46, 1996. Disponível em: www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/1996_vargas_turismoindustriamotriz1.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VICACQUA, Gustavo. Rio das Ostras (RJ). **Viagens maneiras**, Brasil, [200-]. Disponível em: <http://www.viagensmaneiras.com/viagens/riodasostras.htm>. Acesso em: 24 abril 2021.

¹ Processo em que se promove um lugar com a finalidade de se gerar maior atratividade e valorização (VARGAS, 1998).

² Os royalties são uma compensação financeira paga mensalmente à União pelos concessionários de exploração e produção de petróleo e gás natural como forma de compensar a utilização e exploração desses recursos naturais não renováveis e escassos. Eles são calculados mensalmente (CBIE, 2000).



MESTRADO

**PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL**

LINHA DE PESQUISA EM SAÚDE

 **UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES**